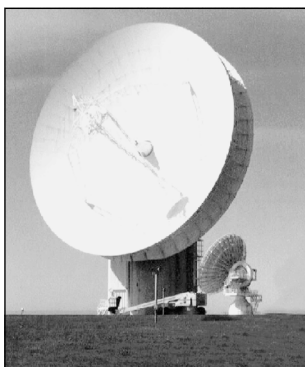


ECHELON:

o mundo sob escuta



“A provar-se o que consta destes estudos, trata-se duma situação muito grave. Porque estamos perante um organismo que escuta conversas, intercepta mensagens e viola direitos dos cidadãos sem mandato judicial nem controlo democrático e porque isso pode significar uma vantagem ilegal e condenável de alguns países no comércio internacional”, afirmou Carlos Coelho, membro da Comissão das Liberdades Públicas e dos Direitos dos Cidadãos do Parlamento Europeu.

Estas declarações foram produzidas durante a **Audição Parlamentar sobre a Protecção de Dados e o caso Echelon** onde foi apresentado um estudo de Duncan Campbell encomendado pelo STOA (*Direcção-Geral de Estudos do PE*).

texto na pág. 4

The Big Brother



Estupefactos, os Deputados europeus assistiram à descrição, com um detalhe técnico impressionante, do sistema mais sofisticado de violação da privacidade dos cidadãos.

Ao serviço dos interesses de 5 Estados, todas as conversas, mensagens, documentos e informações circuladas por telefone, fax ou e-mail podem ser interceptadas, analisadas, registadas.

Em Portugal, como na generalidade dos países da Europa, admite-se que os serviços de segurança do Estado violem a privacidade das comunicações no seu combate contra o crime, mediante decisão judicial e por acção de organismos sujeitos ao controlo democrático dos órgãos de soberania.

Este Echelon não é nada disso. Não há controlo democrático. Não há mandato judicial. Há uma sombra que paira sobre nós, sobre as nossas liberdades e os nossos direitos.

O Big Brother está entre nós !

Carlos Miguel Coelho

Programa da Comissão Europeia

Intervenção de Carlos Costa Neves pág. 3

Programa LIFE

Intervenção de Jorge Moreira da Silva pág. 2

Liberdade de Imprensa em Angola

Intervenção de Carlos Coelho e Resolução do PE pág. 8

O PSD disse:

Intervenções de Carlos Coelho, Arlindo Cunha e Carlos Costa Neves pág. 7

Jorge Moreira da Silva reclama mais meios para o Ambiente (programa LIFE)



Jorge Moreira Silva, *relator-sombra* do PPE para o Programa LIFE criticou a Comissão e o Conselho pela insuficiência dos meios orçamentais que querem colocar ao serviço do ambiente e apresentou propostas de alteração que visam melhorar o texto proposto pela Comissão.

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, o Deputado Jorge Moreira da Silva defendeu a proposta do Parlamento de reforçar os meios financeiros ao serviço do Ambiente (Programa LIFE), tendo afirmado:

“O Regulamento do LIFE III falha naquilo que é obviamente o mais importante para o impacto de um instrumento financeiro – o montante do seu orçamento. A Comissão e o Conselho, ao persistirem na sua proposta de 613 M Euros como montante de referência para o período 2000-2004 e ao inviabilizarem a proposta do P.E. de 850 M Euros, estão a tomar uma decisão que, no nosso entender, não se baseia nos mesmos critérios de racionalidade e de justiça que introduziram – e bem – noutras disposições do LIFE III.

Da nossa parte, ficam a Comissão e o Conselho a saber, não abdicamos de dotar o LIFE do orçamento que ele merece e que melhor garante os resultados ambientais que se pretendem obter com um instrumento deste tipo.

Porque:

1º - o LIFE é o único instrumento financeiro directo destinado à promoção da Política do Ambiente na U.E.

2º - o LIFE é um instrumento que tem produzido bons resultados, tem permitido o desenvolvimento de métodos e de técnicas inovadoras e tem uma excelente taxa de execução.

3º - o orçamento do Life tem vindo, em termos reais a diminuir, e não tem acompanhado a enorme dinâmica e criatividade da procura.

4º - o Parlamento, dado o mérito que atribui ao LIFE, tem vindo a inscrever, no seu Orçamento anual, dotações crescentes para este programa, pelo que a aprovação da proposta defendida pelo Conselho e pela Comissão significaria uma inaceitável inversão desta tendência.»

Jorge Moreira da Silva, apresentou propostas de melhoria do texto e pediu o apoio das outras bancadas: *“Mas a nossa preocupação não reside apenas na questão orçamental. As Alterações Climáticas e a Política da Água são matérias que muito preocupam os cidadãos europeus e que têm merecido uma atenção muito grande por parte desta Câmara.*

É, por isso, para nós determinante que sejam aprovadas as nossas propostas de alteração, que pretendem definir a gestão sustentável das águas subterrâneas e de superfície assim como a redução dos gases com efeito de estufa como objectivos a atingir pelo Life/Ambiente.”

Na sua intervenção, Jorge Moreira da Silva sublinhou alguns aspectos positivos do novo Programa e assinalou: *“consideramos como muito positivo o facto de a Posição Comum ter introduzido, pela primeira vez, a valorização e o ordenamento territorial das zonas costeiras como uma das prioridades do Life/Ambiente.”*

Em 1999, o Programa LIFE apoiou projectos em Portugal no valor aproximado de 800.000 contos (4 milhões de Euros: Life/Ambiente – 936,3 mil Euros e Life/Natureza – 3,1 Milhões Euros)

Projectos apoiados em 1999:

- Gestão de *Habitats* e Espécies no sítio do Cabeção
- Projecto para a Conservação dos Cetáceos na Madeira
- Recuperação da Floresta Laurissilva nas Funduras
- Recuperação do *Habitat* e das presas do lince ibérico na Serra da Malcata
- Conservação de espécies vegetais prioritárias e raras na Madeira
- Recuperação dos *habitats* naturais do Vale do Rio Gerês
- Conservação e valorização dos sistemas florestais de Montado na óptica do combate à desertificação
- Tratamento e gestão de resíduos verdes por um processo de compostagem (Câmara Municipal de Penafiel)
- Sensibilização da população para o uso da bicicleta em V.N.Barquinha
- Projecto integrado de eco-turismo em Castanheira de Pêra
- Estrutura de Gestão Integrada da Ria de Aveiro

Costa Neves critica a Comissão Europeia por "esquecer" a Coesão Económica e Social

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, Carlos Costa Neves **criticou fortemente a omissão do objectivo da Coesão Económica e Social** durante o debate do documento da Comissão Europeia sobre os "**Objectivos Estratégicos para 2000-2005**":

"Registo algumas omissões importantes e, sobretudo, a que vou referir: No documento sobre os objectivos estratégicos para 2000-2005 a Comissão, ao contrário do que faz no Programa de Trabalho

para 2000, só muito lateralmente faz referên-

cia à Coesão Económica e Social, à solidariedade entre os Estados-Membros, à Política Regional da União Europeia. E isto, mesmo quando aborda o alargamento."



"A forma como a Comissão trata o assunto, ou melhor, não trata, é grave. Secundariza um princípio dos Tratados, o da Coesão Económica e Social que, como tal, deve enformar todas as políticas e todas as medidas das instituições europeias. Parece ignorar que persistem profundos atrasos em várias regiões europeias. Esquece que o alargamento justifica acertos na política regional que é preciso perspectivar desde já. Sem convergência real, é a própria coesão da União Europeia que estará em risco."

Carlos Costa Neves recordou que, face aos dados publicados pela própria Comissão, esta deveria ter tirado outras conclusões:

"Tenha-se sempre presente o último "Relatório Periódico sobre a situação das regiões da União Europeia", preparado e apresentado pela Comissão. Nele se confirma que, para um nível médio de desenvolvimento a que se atribui o grau 100, as 10 regiões designadas como as "mais

fortes" atingem a média de 158 e as 10 ditas "mais fracas" ficam-se pela média de 50.... Tirem-se as conclusões !!!



Este é exactamente o nível de desenvolvimento dos Açores, uma das regiões definidas como ultra-periférica, no Tratado da União Europeia. Falando nos Açores, para quando o relatório sobre as regiões ultra-periféricas que o Conselho Europeu de Colónia determinou que se realizasse até Dezembro de 99 ?"

A concluir, Carlos Costa Neves afirmou sem tibiezas: *"Sem Coesão Económica e Social não haverá qualquer tipo de coesão; só desagregação"*

Objectivos estratégicos da Comissão para os próximos cinco anos

Na apresentação dos grandes objectivos estratégicos da Comissão para os cinco anos do seu mandato, o Presidente Romano Prodi salientou o paradoxo em que a União Europeia actualmente se encontra: *"por um lado, conseguiu garantir a paz, a segurança, a liberdade e o bem-estar dos europeus; por outro, ainda não encontrou o meio de fazer face às suas preocupações com o desemprego, ao atraso tecnológico e científico, à distância que separa as instituições dos cidadãos"*.

Para Romano Prodi *"precisamos de uma Europa forte em termos económicos e em termos políticos. Para tal, precisamos de um plano estratégico. É nesse sentido que se dirige a definição dos objectivos estratégicos da Comissão, os quais abordam quatro capítulos distintos:*

- 1. a promoção de novas formas de governabilidade da Europa;*
- 2. a consolidação e a expansão da área de paz a todo o Continente e a promoção da voz da Europa no mundo;*
- 3. a definição de uma nova agenda económica e social;*
- 4. a procura de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos"*.

ECHELON, um "Big Bro

Já em Setembro de 1998, na sequência da publicação de um estudo da Fundação Omega (sediada em Manchester), o Parlamento Europeu debateu a existência (então não confirmada) dum sistema ECHELON e a ameaça que isso representa para os direitos dos cidadãos e os interesses comerciais da Europa Comunitária e dos seus Estados-Membros.

Na Resolução então aprovada em Sessão Plenária (16.Set.98), o Parlamento considerou "*que a importância crescente da Internet e das telecomunicações em geral, à escala mundial, nomeadamente do sistema ECHELON, e dos riscos da sua eventual utilização abusiva, exigem a adopção de medidas de protecção para as informações económicas e uma codificação eficaz*".

A falta de dados concretos, levou então o Parlamento a encomendar um estudo através do seu serviço de Investigação e pesquisa, o STOA (Scientific and Technical Options Assessment Programme Office).

Este estudo elaborado pelo jornalista de investigação escocês Duncan Campbell, foi agora apresentado durante uma Audição Pública sobre Protecção de Dados, promovida pela Comissão das Liberdades Públicas e dos Direitos dos Cidadãos do Parlamento Europeu.

Durante a sua apresentação, Duncan Campbell declarou que entretanto "*apareceram novas provas*" e referiu que o objectivo económico e comercial das interceptões de comunicações "*é claríssimo e está acima de qualquer dúvida*". Campbell

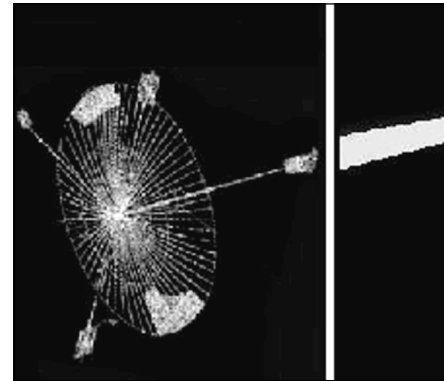


Já pode ver a *Carta da Europa* na Net no site do PPE

considerou ainda que estas actividades de espionagem constituem hoje "*a última zona cinzenta em que os Estados de Direito funcionam à margem da Lei*".

Nicole Fontaine afirma-se escandalizada

A Presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, numa declaração produzida no final da Audição afirmou "*Estamos naturalmente escandalizados pelo facto de estes actos de espionagem que duram já há vários anos, não tenham dado lugar a protestos oficiais*", referindo-se ao silêncio da Comissão Europeia mesmo após ter sido, nos últimos dois anos, alertada pelo Parlamento Europeu. "*O Conselho e a Comissão devem reagir às alegações produzidas durante esta Audição*", sublinhou.



Nicole Fontaine afirmou ainda "*Se por um lado parece claro que houve violação de direitos fundamentais dos cidadãos, por outro lado a espionagem económica pode ter tido já graves consequências sobre o emprego*", referindo-se aparentemente às suspeitas publicadas em diversos órgãos da comunicação social de que importantes empresas europeias perderam contratos em favor de empresas americanas que terão, alegadamente, beneficiado de informações fornecidas por este sistema.

O Que é o Echelon ?

O Echelon é uma rede constituída por 5 países (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia) que intercepta, regista e analisa comunicações em todo o planeta.

Comunicações telefónicas, por fax e electrónicas (como são os e-mails e o tráfego cibernético na Net) são interceptadas, passam por *filtros* que determinam os *alvos* que podem ser *conceitos, palavras, tipos de voz* ou *destinatários em concreto* (como determinadas personalidades, números de telefone, etc.).

Inicialmente pensado como instrumento de defesa contra o império soviético parece ter sido reciclado para outras utilizações após a queda do muro de Berlim. Campbell referiu diversos casos de espionagem industrial, e designadamente o facto de em 1994 a Airbus ter perdido um contrato com a Arábia Saudita a favor da americana McDonnell-Douglas, alegadamente por ter beneficiado de

ther" tornado realidade ?

informação privilegiada da sua concorrente através do sistema Echelon.

Interceptando mensagens na Net, nos cabos submarinos, e nos mais de 120 satélites de que dispõe, o sistema consegue vigiar o mundo inteiro.

De acordo com fontes internas, citadas durante a Audição, em cada 30 minutos, são interceptadas mais de 1 milhão de mensagens que são analisadas em função dos critérios definidos na Watch List.

As Defesas

A criptografia (processo de codificar mensagens) parece ser das poucas defesas que a Europa pode encontrar rapidamente para fazer face a esta devassa sistemática das suas comunicações. Mas até aqui os americanos jogam as suas armas.

As versões para exportação do Lotus Notes, das aplicações da Microsoft e até da Netscape têm os seus módulos de criptografia com níveis de segurança reduzidos e com parte dos códigos depositados nos serviços da administração norte-americana. No caso dos browsers da Microsoft e da Netscape, por exemplo, as cadeias de 128 bits para a criptografia das mensagens são virtuais. Com efeito apenas 40 bits permanecem em segredo, enquanto que 88 são difundidos e revelados com a mensagem. Parece assim, fundamental que a UE desenvolva os seus próprios sistemas de criptografia.

O QUE ELES DISSERAM...

Será imoral fotografar o mundo ?

"A América tem responsabilidades e interesses globais mundiais. Qualquer nova tendência, movimento imprevisto no mundo podem ter um impacto sobre o bem-estar e a segurança da América. Temos assim de ter a capacidade de recolher informação sobre tudo: quer dos nossos inimigos quer dos nossos amigos. (...) Estes meios técnicos permitem uma recolha sistemática e não comprometedor de informação. (...) Podemos, com efeito, perguntarmo-nos: (...) em matéria de escutas ou de fotos, qual é o problema ético ? Será imoral fotografar o mundo ?

Zbigniew Brzezinski, antigo Conselheiro para a Segurança Nacional do Presidente Jimmy Carter

O Governo francês encoraja a criptografia

"Não existe capacidade para impedir tecnicamente a interceptação de comunicações radioelétricas veiculadas num espaço mundial que não conhece fronteiras físicas. Por outro lado ... as consequências económicas destas actividades são consideráveis tendo em conta a interligação destas redes de comunicação com os sistemas internos das empresas (...)

O Governo francês encoraja o desenvolvimento de meios que permitam responder à necessidade de confidencialidade e de fiabilidade dos sistemas de informação sensíveis.

Lionel Jospin, Primeiro Ministro francês em debate no Senado no dia 3.Dez.98

É inevitável a interceptação de informações comerciais

"Quando as comunicações são interceptadas é inevitável, dada a largura da banda utilizada, que conversas ou mensagens que nada têm a ver com o domínio militar e que contêm provavelmente informações de natureza comercial sejam interceptadas.

Coronel Dan Smith, antigo Adido Militar americano em Londres

O mais chocante é a atitude dos britânicos

"O mais chocante é a atitude dos britânicos (...) O Reino Unido é parte integrante da União Europeia e grande parte desta rede de espionagem está instalada neste país, que assim beneficia de informação privilegiada sobre os seus parceiros".

Charles Pasqua, antigo Ministro do Interior francês e actualmente Deputado europeu

O Echelon é uma clara ameaça contra a Europa

"O Echelon é um sistema completamente ilegal e fora de controlo mantido pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e vários outros países, que representa uma clara ameaça às liberdades da sociedade civil e da economia europeias"

Paul Lannoye, Deputado europeu, Presidente do Grupo dos Verdes

O Echelon parece ter sido reorientado...

"Inicialmente dirigido para a recolha de informações militares relativas à União Soviética, o Echelon parece ter sido reorientado, após o fim da guerra fria, para a informação política e económica e outras esferas de interesse...

Relatório dos Serviços de Informação belgas



Carlos Coelho quer melhor cooperação judiciária

Na sua intervenção sobre o **Relatório Di Pietro** (antigo juiz italiano do caso Mãos Limpas e hoje Deputado europeu), Carlos Coelho assinalou:

“Estamos perante um relatório que é da maior importância, não apenas pelo seu conteúdo mas pelo facto de constituir um primeiro passo quanto ao estabelecimento de relações mais fluídas ao nível da cooperação judicial. Por um lado as medidas judiciais são alheias à dimensão comunitária, por outro, estamos já perante uma livre circulação de pessoas, o que proporciona – estamos disso cientes – livre circulação de criminosos.”

Acentuando as preocupações de combate à criminalidade o Deputado social-democrata, afirmou: *“Há que salientar que a criação da Europol é já um passo em frente. Mas há que dar o passo seguinte reforçando a cooperação judiciária em matéria penal, de forma a estabelecer progressivamente um verdadeiro espaço judiciário europeu, de acordo com o objectivo de criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.”*

Carlos Coelho, salientou que o reforço desta cooperação resulta das deliberações do Conselho Europeu de Tampere, a que urge dar consequência prática:

*“Foi, aliás e bem, salientada no Conselho Europeu de Tampere, esta necessidade de reforçar sistemas e mecanismos, nomeadamente no que toca à **intensificação da cooperação entre as autoridades dos Estados Membros nas investigações sobre actividades criminosas transfronteiras** (facilitando-se, deste modo, a descoberta dos autores das infracções penais cometidas, bem como a procura e obtenção das provas), e apelou-se ainda à criação de equipas conjuntas, tal como previsto no Tratado, e à tomada de iniciativas destinadas a possibilitar a **confiscação dos produtos do crime.**”*

Referindo-se aos 2 assuntos mais polémicos – o das **escutas telefónicas** e o das **videoconferências** para audição de suspeitos, arguidos e testemunhas – Carlos Coelho afirmou:

*“É essa cautela com os direitos, liberdades e garantias essenciais que nos levaram a apoiar a retirada do texto proposto no que diz respeito às **escutas telefónicas**, recomendando-se ao Conselho que apresente um instrumento jurídico autónomo para dar resposta a este problema.*

Quanto às **video-conferências**:

*há que estabelecer uma **regulamentação mais precisa** de modo a que os direitos de defesa e as garantias processuais sejam salvaguardadas; É imperativo que se respeite o cariz processual do sistema jurídico, defendendo os **direitos dos cidadãos europeus.**”*



Arlindo Cunha quer o programa LEADER integrado na PAC

É hoje cada vez mais claro que a **agricultura é por si só cada vez menos capaz de fixar as populações nas zonas rurais, especialmente os jovens.**

Assim como é claro que a PAC, no seu modelo tradicional de compartimentação em sectores e vinculação dos apoios às quantidades e às produtividades não tem sido capaz de dar as respostas necessárias à agricultura e ao Mundo Rural, designadamente um nível de vida digno e equitativo aos seus habitantes e designadamente aos agricultores.

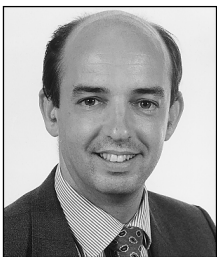
*A recente publicação do Sexto Relatório Periódico sobre a situação sócio-económica das regiões europeias mostra estas debilidades das zonas rurais, revelando que as 25 regiões mais agrícolas da UE, com uma taxa de 22,7% da população activa ocupada na agricultura, são as que têm uma taxa de desemprego mais elevada – 14,7% contra 10,7% para o total das 253 regiões da União Europeia – além dos seus **tradicionais problemas de envelhecimento e desertificação.***

*É neste contexto que a **Comissão Europeia tem vindo pouco a pouco, infelizmente demasiado devagar, a lançar iniciativas que a prazo equilibrem ou complementem a PAC, visando um alcance mais abrangente sobre o conjunto dos recursos endógenos do meio rural, mobilizando-os em iniciativas e investimentos que beneficiem a riqueza e o emprego das suas populações – agricultores ou não. É o caso da recente política de desenvolvimento rural criada, ainda que de forma incipiente na reforma da Agenda 2000 e é em particular o caso da iniciativa comunitária LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento Rural).***

Depois do LEADER I (1991-93) com 1.155 milhões de Euros e do LEADER II (1994-99), com cerca de 1.700 milhões de Euros propõe-se agora o LEADER + com uma contribuição comunitária de 2.020 milhões de Euros para o período de 2000-2006, e algumas inovações tais como: critérios de selecção mais rigorosos, elegibilidade para co-financiamento comunitário de programas transnacionais e maior prioridade às acções no domínio das tecnologias de informação, da melhoria da qualidade de vida e da valorização dos produtos locais.

Portugal conta-se entre os que têm tido um maior aproveitamento deste programa, com mais de 50 grupos de acção local, 8.000 projectos e cerca de 100 milhões de Euros de co-financiamento comunitário.

*É fundamental, porém, que a **selecção dos grupos de acção local (GAL), responsáveis pela organização e implementação dos projectos, não seja politizada. Deverá fazer-se a selecção na base exclusiva do mérito dos projectos e dar preferência aos que tiverem maior envolvimento de entidades não públicas, e impõe-se, ainda, que após 2006 o programa LEADER deixe de ser apenas uma iniciativa comunitária de carácter experimental para passar a integrar a componente de desenvolvimento rural da PAC que, com meios reforçados, deverá passar a uma PARC – Política Agrícola e Rural Comum.***



Carlos Coelho preocupado com a falsificação do Euro

Na sua intervenção, Carlos Coelho recordou: "O Euro entrará em circulação em 01 de Janeiro de 2002, e **passará a constituir uma das mais importantes moedas de reserva a nível mundial**; devido à sua importância à escala mundial, o Euro estará particularmente exposto ao **risco de contrafacções e falsificações**. Deste modo, este projecto de decisão vem fixar um conjunto mínimo de normas, tentando **harmonizar o Direito Penal** neste domínio, e **tornar mais simples e eficaz a sua aplicação por parte de cada Estado Membro.**"

Carlos Coelho chamou a atenção para a necessidade de estender essa protecção às moedas nacionais que **poderão continuar a ser trocadas durante 20 anos** após a sua retirada de circulação

Considerando que Portugal não terá problemas em aplicar as novas regras, Carlos Coelho apelou aos poucos Estados-Membros que têm manifestado mais reticências, para que colaborem neste esforço: "Quanto à proposta de estabelecer um limite máximo não inferior a 8 anos, para as penas privativas da liberdade, penso que não levantará quaisquer problemas em relação ao meu país, que apesar de neste momento consagrar no seu Código Penal a pena máxima de 5 anos de prisão para crimes de falsificação de moeda, mostrou já abertura no sentido de proceder à respectiva alteração."



Arlindo Cunha: "minimizar contradições na Cooperação"

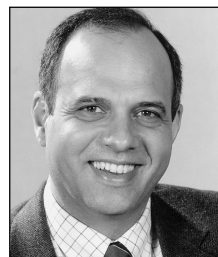
Observamos frequentemente situações de grande contradição entre o que, por um lado, pretendemos fazer com a

política de desenvolvimento e de cooperação e, por outro lado, aquilo que desfazemos com outras políticas sectoriais que têm interesses contrários em termos do desenvolvimento dos mesmos países. E não falamos apenas sobre o impacto concreto das nossas políticas comuns, o turismo, o ambiente, a agricultura, as pescas, a indústria. Falamos em geral de contradições entre as nossas políticas económicas e comerciais e as nossas políticas de defesa. Enfim, há um conjunto de situações que são contraditórias.

Na minha opinião, as contradições nem são assim tão graves em termos de políticas comunitárias; são mais graves, sim, no que diz respeito a certos objectivos e indústrias de alguns Estados Membros. Temos de ter a noção disso. Adoptamos frequentemente resoluções sobre processos de paz noutras partes do mundo, por um lado, como foi o caso recente da Indonésia, um caso de bradar aos céus, e depois verificamos, por outro lado, que havia

alguns países europeus que lhes forneciam armas e material de guerra. Estas é que são, para mim, as contradições mais graves em toda esta matéria, mais graves do que as contradições de alguma incompatibilidade das políticas sectoriais, que também existem.

O nosso objectivo de minimizar as contradições entre a política de cooperação e desenvolvimento e as restantes políticas tem que ser um objectivo válido não apenas dentro da União Europeia, mas também a nível mundial, dada a crescente globalização da economia. Se queremos um comércio mundial justo temos que impor este mesmo princípio a nível da próxima ronda das negociações multilaterais no seio da Organização Mundial do Comércio.



Carlos Costa Neves: "em Timor, os crimes não podem ficar impunes"

Carlos Costa Neves e Carlos Coelho propuseram em Estrasburgo que Timor-Leste seja uma das prioridades que a UE deverá propor na próxima Sessão da Comissão da ONU para os Direitos do Homem.

Usando da palavra na Sessão Plenária Costa Neves afirmou: "não basta evitar ou pôr fim a situações de revoltante agressão, verdadeiros crimes, perpetrados por pessoas ou instituições, contra os mais fracos. É essencial que, cometidas violações, os seus autores não fiquem impunes. Seja quem for, seja onde for. Na Indonésia ou em Angola, tendo como autor um civil ou um militar, um soldado, um general ou um ministro.

Faça-se justiça na Indonésia. Faça-se justiça em Timor-Leste.

Em boa hora esta Resolução, por iniciativa do PPE, inclui uma referência expressa a Timor-Leste. O que ali se passou e que presenciei em parte não pode ficar sem responsáveis e estes não podem ficar impunes."



Costa Neves fez alusão ao polémico levantamento do embargo de armas à Indonésia decidido pelo Conselho sob presidência portuguesa e contra a vontade do Parlamento: "Por isso se pode afirmar que o Parlamento Europeu nunca deixou esquecer a situação em Timor Leste, o que teria sido o pior inimigo de uma solução justa para o seu povo que sempre se opôs à ocupação indonésia. Por isso, ainda recentemente, nos opusemos à venda de armas à Indonésia, posição que, infelizmente, o Conselho não teve em conta."

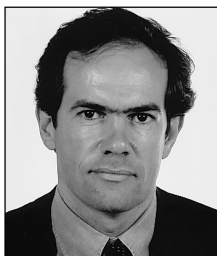
A concluir a sua intervenção, Costa Neves recordou o drama dos refugiados timorenses: "Falar de Timor Leste tem de ser, também, recordar a situação de dezenas de milhares de refugiados timorenses em território indonésio controlados por militares indonésios e por milícias, usados como moeda de troca. É uma situação intolerável a que urge pôr fim."

Carlos Coelho critica falta de liberdade em Angola

Usando da palavra na Sessão Plenária de Estrasburgo durante o debate das urgências, Carlos Coelho criticou o governo angolano pela perseguição a jornalistas:

“Com a mesma legitimidade com que condenámos atitudes da UNITA que puseram em causa o processo de paz; Com a mesma autoridade com que convidámos as duas partes a deixar a guerra e a abraçar a paz; Condenamos perseguições e ameaças e reclamamos do Governo de Angola as condições de liberdade que são essenciais ao importante trabalho dos jornalistas num Estado e numa Sociedade democráticos.”

Invocando a importância da Imprensa livre nas sociedades democráticas, Carlos Coelho afirmou: *“Acreditamos na Democracia e nos seus valores. O jornalismo livre e uma opinião pública esclarecida são o pulmão da democracia. Não há democracia se não se respirar liberdade de informação. Não há democracia sem uma opinião pública livre e informada. Não há opinião pública livre e informada sem comunicação social sem tutelas. Não há comunicação social sem tutelas, com jornalistas pressionados, perseguidos, detidos ou ameaçados.”*



Sérgio Marques na Venezuela

Integrado numa delegação do Parlamento Europeu, o Deputado Sérgio Marques, deslocou-se à Venezuela onde reuniu com os Embaixadores dos países da União Europeia na Venezuela, com várias autoridades venezuelanas e Organizações Não Governamentais envolvidas na ajuda humanitária e na recuperação das zonas afectadas pelas inundações do final do ano passado.

Sérgio Marques encontrou-se, ainda, com o Presidente da República da Venezuela, Hugo Chavez, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Vicente Rangel e visitou o Estado de Vargas, um dos mais afectados, onde reuniu com o Governador do Estado, Alfredo Laya.



De 23 a 24 de Março realiza-se, em Lisboa, um Conselho Europeu extraordinário (Cimeira do Emprego)



Pela primeira vez em 15 anos, a economia portuguesa cresceu menos do que a metade dos nossos parceiros europeus

O Parlamento Europeu exorta o Governo de Angola a:

— garantir que o julgamento de Rafael Marques de Morais, Joaquim Aguiar dos Santos e António José Freitas de Jesus Correia, inicialmente previsto para 15 de Dezembro de 1999 e agora adiado *sine die*, seja conduzido no respeito das normas internacionais;

— assegurar que o julgamento de Marques, Aguiar e Freitas, bem como todos os outros julgamentos relacionados com a liberdade de expressão, sejam públicos, garantindo igualmente a presença de observadores internacionais;

— observar estritamente o disposto na Declaração Universal dos Direitos do Homem e as obrigações de Angola enquanto parte na Convenção Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, em especial no que respeita às obrigações que lhe incumbem no sentido de assegurar a liberdade de expressão e de garantir um processo regular a todas as pessoas acusadas de crimes;

O PE condena ainda as observações — que equivalem a uma ameaça de morte contra o jornalista Rafael Marques — proferidas pelo Deputado do MPLA, Mendes de Carvalho durante um debate parlamentar (*em que afirmou que o Sr. Marques não atingiria os 40 anos se continuasse a escrever de forma crítica sobre o Governo de Angola*); e insta o Presidente da República, o Presidente da Assembleia Nacional, o MPLA e o Governo a mostrarem, de forma inequívoca, o empenho na protecção da vida do Sr. Marques.

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luis Fernandes e Sandra Nunes

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551